

Resumos

The french free soil principle in the atlantic world

Sue Peabody

This paper will address the origins and development of the French legal maxim that a slave setting foot on metropolitan French soil became free, as well as comparisons to instantiations of this principle in the British and Portuguese empires of the late eighteenth and nineteenth centuries.

Keywords: France, Slavery, Free Soil, 18th century, race

Nesta comunicação trataremos do tema das origens e desenvolvimento do princípio jurídico francês de acordo com o qual qualquer escravo que “tocasse” território francês se tornaria automaticamente livre. Procurar-se-á também, numa perspectiva comparada, perceber a presença do mesmo princípio nos Impérios português e britânico dos finais do século XVIII e primeiros anos do século XIX.

Palavras-chave: França; Escravatura; “Solo livre”; Século XVIII; raça

As leis pombalinas sobre a escravidão e as suas repercussões em Portugal

Jorge Fonseca

As leis decretadas durante a administração pombalina acerca da escravidão foram determinantes para o desaparecimento,

a prazo, desse modelo de relações sociais no Reino de Portugal. Elas suscitaram, no entanto, a oposição dos antigos senhores, nomeadamente nas regiões com maior peso do trabalho escravo, como o Alentejo, assim como algumas tentativas para a sua reintrodução, tal como sucedeu da parte da Intendência Geral da Polícia.

Palavras-chave: Escravidão, abolicionismo, Pombal.

THE IMPACT OF POMBAL'S ANTI-SLAVERY LAWS ON PORTUGUESE SOCIETY, Jorge Fonseca
The anti-slavery laws issued by the Marquis of Pombal administration (1750-1777) were decisive to the gradual effacement of a slavery-based social model in the Kingdom of Portugal. However, they faced the opposition of landowners in areas, such as Alentejo, where agriculture was more reliant on slave labour, as well as attempts to revive slavery and its social structures.

Keywords: slavery, abolitionism, Pombal

A captura de escravos no Sudoeste Africano para o tráfico a longa distância

José Capela

Os Europeus, à chegada, em finais do século XV, aos portos do Sudeste Africano, aí se depararam com o negócio de escravos para exportação. Na penetração para o interior deram-se conta de sistemas de cativo nas sociedades locais e foram confrontados com a oferta de escravos para aquisição.

Pretende esboçar-se aqui o que foi a articulação dessa realidade com o tráfico sis-

temático de escravos para o Índico e para o Atlântico.

Se, por um lado, os europeus se valeram dos sistemas de cativeiro pré-existentes para se instalarem nessa parte de África, por outro lado viriam a utilizá-los e às suas sequelas para o abastecimento do tráfico de escravos quando o passaram a dominar.

Circunscrevemo-nos ao espaço que vai do porto de Quíloa, a Norte, até ao porto de Sofala, a Sul, e para o correspondente interior atingindo profundamente terras que hoje fazem parte do Zimbabwe, do Malawi e da Tanzania. Muito particularmente o Vale do Zambeze, onde a colonização portuguesa desenvolveu *The Africanization of a European Institution* (Allen F. Isaacman) através da enfi-teuticação das terras pela Coroa. Assim criando um senhorio local a partir do qual não somente se estabeleceram formações sociais de escravaturas adscriptícias como se organizou um intenso comércio de escravos a partir do interior para os portos de mar.

No auge do tráfico foram igualmente fornecedores dos portos chefaturas antigas que se haviam dedicado ao comércio do ouro e do marfim, como os Chonas e os Maraves, e chefaturas mais recentes, como as dos Ajauas, nas margens do Lago Niassa, constituídas justamente devido ao desenvolvimento do comércio do marfim e dos escravos.

Testemunhas presenciais do comércio de escravos no interior foram A. C. P. Gamitto que o descreve em detalhe. Do mesmo, no porto de Moçambique, o prelado Frei Bartolomeu dos Mártires de cuja investigação nos deixou os resultados. Para finais do século XIX e relativamente aos Ajauas, o cônsul inglês em Moçambique, H. E. O'Neill.

Pirataria em grande escala prevalecente nos primeiros anos do século XX.

Palavras-chave: tráfico de escravos; Moçambique; Índico; África Oriental; Niassa.

Europeans arriving at South Eastern African harbours at the end of the 15th century were confronted with the practice of slave export. As they moved inland, they faced captivity systems established by local communities and were offered slaves to buy. The aim of this paper is to articulate this with the consequences of slave trade across the Indian and the Atlantic oceans. If, on the one hand, pre-existing captivity systems were used by Europeans when they first established themselves in that part of Africa, on the other hand they continued to be used to fuel European-dominated slave trade.

This paper focuses on the geographical space between the Northern harbour of Quíloa, and the Southern port of Sofala, including inland regions which are part of today's Zimbabwe, Malawi, and Tanzania. I am particularly interested in the Zambezi vale where Portuguese colonialism led to *The Africanization of a European Institution* (Allen F. Isaacman) based on the emphyteutication of land by the Crown. A local serfdom was created from which adscriptitious slavery structures flowed, but which also was at the centre of intense slave trade in towards maritime harbours. Some ancient chiefdoms relying on the gold and ivory (such as the Chona and the Marave) trade also played the role of slave suppliers at the height of the slave trade. Other, more recent, chiefdoms (such as the Ajaua, on the banks of the Niassa River) were created in order to respond to the demands of a booming ivory and slave trade.

There are detailed first-hand reports of the inland slave trade by A.C.P. Gamitto. Bartolomeu dos Martires has also left us some records of his investigation of slave

trade in the harbour of Mozambique. There is also a report specifically about the Ajaua by H.E. O'Neill, the English consul in Mozambique. Large-scale piracy was dominant at the start of the 20th century.

Keywords: Slave Trade; Mozambique; Indian Ocean; East Africa; Nyassa.

***E viesse outro amo que lhes
soubesse criar melhor
Negociar o trabalho escravo em
Moçambique no século XVIII***

Eugénia Rodrigues

Este artigo aborda um levantamento de escravos dos religiosos dominicanos, em 1782, no Zumbo, na África Oriental. Nesta feira portuguesa encravada em território de chefaturas africanas, os senhores tinham de negociar continuamente o trabalho dos seus escravos. Pretende-se explorar os significados de ser escravo neste contexto social e histórico, as estratégias de resistência dos cativos e o lugar das alianças políticas nesse processo.

Palavras-chave: escravatura; resistência escrava; Moçambique; África Oriental

This paper discusses a slave insurrection against the Dominican friars in the East-African parish of Zumbo, on the Zambezi River. As Zumbo was a Portuguese trading post within a territory dominated by African chiefdoms, slave masters were constantly forced to negotiate with their labour force. Indeed, attempts by masters to impose new forms of organizing labour often faced the opposition of their slaves.

This paper explores what it meant to be a slave in such a social and historical context, looks at resistance strategies used by captives, and addresses the role of political alliances in such negotiation processes.

Keywords: slavery, resistance, Mozambique, East Africa

***O espírito das leis: tradições legais
sobre a escravidão e a liberdade no
Brasil escravista***

Silvia Hunold Lara

A historiografia brasileira costuma tratar escravidão e liberdade como noções separadas e antagônicas, restringindo a análise do tema ao âmbito das lutas emancipacionistas. Seguindo a produção mais recente sobre o tema, este artigo caminha em sentido contrário, ao analisar algumas propostas para regulamentar a obtenção da alforria feitas em Portugal e no Brasil na segunda metade do século XVIII, e ao examinar o modo como magistrados engajados no processo emancipacionista na segunda metade do século XIX se apropriaram de algumas das leis produzidas no século XVII, a fim de discutir os princípios jurídicos e as questões políticas que articulavam a relação entre cativo e liberdade nesses dois períodos.

Palavras Chave: Escravidão; Liberdade; Abolição; Legislação; Historiografia Brasileira

Brazilian historiography generally treats slavery and freedom as separate and antagonistic concepts to be analyzed strictly within the compass of struggles for emancipation. Following recent studies about

this issue, this paper moves against the current first by examining some proposals in Portugal and Brazil in the second half of the 18th century to establish freedom-granting norms. It then evaluates how magistrates involved in the emancipation process after 1850 made use of some 17th-century laws to further their purposes. My aim in both cases is to discuss the legal principles and political questions that articulate the relationship between slavery and freedom during the two periods.

Keywords: Slavery, Freedom, Abolition, Brazilian Historiography.

**Mudança e silêncio sobre a cor:
São Paulo e São Domingos
(Séculos XVIII e XIX)**

Roberto Guedes

Em abordagem comparada, o texto aborda caminhos de mobilidade social de egressos do cativo em duas sociedades escravistas, distintas no tempo e no espaço. No Brasil, a vila de Porto Feliz, São Paulo, durante a primeira metade do século XIX, e, em São Domingos, a paróquia de Torbee, em fins do século XVIII. Destaca-se que os caminhos de ascensão social foram similares, congregaram trabalho, coesão familiar e aliança com as elites. A ascensão social provocava mudança de cor e atribuição de signos de prestígio social, ao passo que reaproximar-se do cativo provocava o rebaixamento social manifesto na cor.

Palavras-chave: escravidão, mobilidade social, cor.

This paper compares the social mobility mechanisms of slave descendants in 19th-

century Brazil (Porto Feliz, São Paulo) and late 18th-century Greater Antilles (Torbee, Santo Domingo). Social ascension mechanisms in these two societies were similarly based on labour, family cohesion, and alliances with the elites. There is a link between social mobility and colour. Social ascension was associated with a change in skin colour accompanied by symbols of higher social stature. Downward social mobility, by contrast, was linked to a reconnection with captivity and had equally distinctive colour implications.

Keywords: Slavery, Social Mobility, Skin Colour.

**A rendibilidade do trabalho
escravo e o efeito “tempo”**

Maciel Santos

A rendibilidade do trabalho escravo num mercado capitalista começou a ser discutida ainda antes das abolições. Os últimos 50 anos do problema foram dominados, especialmente nos EUA, pela validação empírica de modelos econométricos cujos pressupostos foram relativamente consensuais. Com base na teoria do valor-trabalho, isto é, na identificação entre unidades de valor e de tempo de trabalho, pode colocar-se a hipótese de terem sido negligenciadas uma dinâmica e uma contradição, ambas estruturais na utilização do trabalho escravo.

A dinâmica baseia-se no carácter unilateral que tem o valor produzido e o valor redistribuído na relação escravagista: ambos são controlados pelo capital. Dados os limites abertos da duração e da intensidade de trabalho (ao contrário do que acontece no emprego de assalariados no

capitalismo desenvolvido), os custos de manutenção fazem variar o valor produzido e o tempo durante o qual o trabalhador está disponível.

A contradição resulta de esta variação se associar a uma outra particularidade desta relação: a de os trabalhadores serem ao mesmo tempo elementos de capital fixo, cuja amortização também se faz no tempo. A intensificação do tempo de utilização, característica do trabalho escravo, implica a desvalorização do activo; pode então definir-se matematicamente qual é, em função do custo de capital fixo e da taxa de mais-valia, o tempo maximizante para cada caso de utilização de escravos. A demonstração de que existe, para todos os casos de trabalho escravo, um momento optimizante a partir do qual a taxa de lucro necessariamente desce, pode contribuir – especialmente se adicionarem ao modelo os efeitos de renda que aqui se abstraíram – para uma melhor compreensão de fenómenos históricos como as manumissões, abolições ou repatriamentos.

Palavras-chave: trabalho escravo, rentabilidade do trabalho escravo, capital fixo, abolições

The profitability of slavery in the context of capitalist markets started being discussed before the dawning of the abolitionist era. The last 50 years of the debate were dominated, particularly in the USA, by the empirical validation of econometric models based on relatively consensual presuppositions. Using the framework of labour-theory, i.e. the identification of value and labour time units, it may be argued that both a structural dynamic and contradiction have somewhat been neglected in the use of slave labour. The dynamic is based on the one-sided control that capital has on both produced and

shared value. Since both the length and the intensity of work are open in this kind of social relation, ‘wage’ costs are determinant to the value output and the asset’s time of depreciation. The contradiction arises precisely because workers used in this way represent fixed assets subject to yearly depreciation. A premature depreciation of the asset is caused by the intensification of labour time, which is specific to this kind of labour relation. The maximising time for any sort of combination between fixed capital and surplus rates can be mathematically determined. It may be useful to know that, for every case of slave labour, there is a maximising time beyond which the rate of profit must fall, particularly when the rent effects set aside by this model are added. Such knowledge may lead to a better understanding of historical processes such as manumissions, abolitions and repatriations.

Keywords: Slave Labour, Profitability, Fixed Capital, Abolitions

O ethos dos roceiros: pragmático ou escravagista e, ainda e sempre, avesso à liberdade?

Augusto Nascimento

Vários autores falam de uma idiosincrasia portuguesa irremediavelmente retrógrada e, no limite, escravagista, no que se insinua uma avaliação moral, forçosamente ambígua como são as que versam a história. Apesar da aparência de imobilismo social, as sociedades coloniais não só foram muito diversas entre si como conheceram importantes mutações que não eram despendidas para os indivíduos nelas envolvidos. O caso de São Tomé e Príncipe

ilustra como as condições de dominação e de exploração foram assaz diversas ao longo do colonialismo moderno e, sobretudo, como o poder continha fissuras, não tanto as resultantes do medo de revoltas dos escravizados quanto as do receio dos condicionalismos políticos externos.

Anos após 1875, com base num conluio tácito com os decisores políticos, a mão-de-obra tornou-se alvo de condicionalismos impensáveis aquando da *crise braçal*. Esta história já estava escrita antes de 1875? Focando o período imediatamente anterior e posterior à emancipação dos libertos em 1875 no arquipélago de São Tomé e Príncipe, esta comunicação pretende discutir como se cerzia uma consciência de interesses económicos e como ela prevalecia, ou não, pela articulação (possível) desses interesses com as opções políticas na metrópole.

Palavras-chave: São Tomé e Príncipe; História contemporânea; escravatura; contrato de trabalho; trabalho forçado.

Several authors speak of an irredeemably retrograde, freedom-averse, typically Portuguese mentality in the context of 19th-century slave trade. An inevitably ambiguous moral evaluation underlies such a view. Despite appearances, colonial societies were not only very distinct from one another, but also far from the common picture of social immobility. Sao Tome e Principe is an example of the variability of domination and exploitation conditions in modern colonialism. It also shows us that there were power-structure fissures which were more the result of their vulnerability to external political constraints than of a general fear of slave rebellion.

A tacit agreement with policy makers turned the workforce into a target of extremely harsh constraints, which led to

a manpower crisis a few years after 1875. Could such a situation have been heralded before 1875? Focusing on the years surrounding the 1875 slave emancipation in the archipelago of Sao Tome e Principe, this paper discusses the conditions for the emergence of an economic-interest conscience and reflects on the connections between its persistence and the political strategies of the colonial metropolis.

Keywords: São Tomé e Príncipe, Contemporary history, Slavery, Abolition, Contract Labour; Forced Labour

Um relatório inédito sobre as violências portuguesas na frente moçambicana da I Grande Guerra

António Manuel Hespanha

Os juristas romanos tinham inventado uma etimologia para a palavra latina equivalente a escravo. *Servus* proviria de *servare* (conservar), porque os escravos seriam, originariamente, aqueles inimigos vencidos na guerra que, podendo ser mortos, tinham sido conservados, para tirar partido dos seus serviços. Com uma terminologia mais moderna – importada de G. Agamben – o que ocorrera fora a transformação dos *homines sacri* – de vida descartável – em *homines laborantes*, – em máquinas biológicas de produção da utilidades para a república.

As relações de extrema dominação – nas colónias ou noutros contextos – oscilou basicamente entre estes dois pólos. As populações dominadas foram: (i) ou consideradas como destinadas ao extermínio – como os “tapuias” ou “índios bravos” brasileiros, no sec. XVII – (ii) ou preservadas como fonte de trabalho. O fim da

escravatura não acabou com este binómio. Por razões culturais ou eugénicas, certos povos foram fulminados com uma política de aniquilação – como os Herero e os Nama, no Sudoeste Africano (Damaralândia) alemão, nos inícios do sec. XX -, outros foram mantidos numa “vida nua” de homens trabalhadores, embora numa situação juridicamente não protegida, que os aproximava do *homo sacer*, irrelevante para o direito.

A guerra, de novo, era o mais típico caldo de cultura desta situação, paradoxal em plena vigência de Estados de cidadãos sujeitos de direito. A história que se conta neste texto passa-se no norte de Moçambique, durante a I Grande Guerra. Os seus actores são portugueses, ingleses e os seus inimigos alemães. Mas, para além destes sujeitos da história, existe uma massa de meros vivos, flutuando entre o domínio dos beligerantes, sem estatuto político na arena internacional e, na verdade, juridicamente quase descartáveis, mesmo na ordem interna ou perante as leis da guerra - os carregadores dos três exércitos no terreno. No final da guerra, os ingleses insistem na averiguação e punição de maus tratos exercidos sobre eles pelos portugueses. Um magistrado português investiga, localmente, durante mais de um ano, as denúncias feitas. Porém, o resultado mais claro dessa investigação, conduzida com empenho e cuidado, é a incerteza de tudo quanto dizia respeito a esta gente – sem nome certo, de morada dificilmente identificável, de narrativas com um estatuto quase ficcional, de pertenças políticas indistintas, de vinculação política controversa. Homens apenas vivos, transportadores; como zombies num mundo de Estados de cidadãos.

Palavras-chave: Grande Guerra, Moçambique, carregadores, violência colonial, Vida nua; Agamben

Roman lawyers invented a suggestive etymology for the Latin equivalent of ‘slave’ (*servus*). It was deemed to come from ‘*servare*’ (to keep alive), because they would originally have been captured war enemies who were kept alive and used as workers, servants, etc. To borrow G. Agamben’s terminology, what occurred was the conversion of *homines sacri* (disposable) into *homines laborantes* (biological production machines at the service of the Republic).

Relations of extreme domination- both in the colonies and other metropolitan contexts- basically swung between these two statuses. Dominated populations were either assigned for extermination (17th-century Brazilian Tapuias or ‘wild Indians’) or preserved as a working force. The abolition of slavery did not efface this dichotomy. Certain native nations (the Herero and Nama nations in early 20th-century German South-West Africa) were, for eugenic and cultural reasons, the victims of annihilation. Others, by contrast, were allowed to lead a ‘naked life’ as legally unprotected labourers in a position similar to that of the Roman *homo sacer*, whose position in society was irrelevant to the law.

War was the most popular solution to this paradoxical situation arising in a Western political culture oriented towards the Rule of Law. This paper tells a story set in northern Mozambique during the later phase of World War I. Its characters are Portuguese, British and German, but there was a mass of human beings hovering over the belligerents’ domain. They had no internationally acknowledged political status and were, in fact, considered disposable both by the internal legal order and the laws of war. They were the *carregadores* (‘recruits’ or ‘carriers’ to the British) of the three armies.

At the end of the war, during the Versailles Peace Conference which determined the future of African territories, the Portuguese government was confronted by accusations by the British of severe ill-treatment of the native population. A high magistrate was appointed to lead an inquiry about the alleged misdoings but its results are inconclusive and do not match the accusations. However, my interest is in the uncertainty surrounding the life of this group of natives. A group with unknown or unutterable names, deprived of a homeland, scarcely visible or identifiable, with a life supported by fictional narratives, and controversial or fuzzy political connections. Merely alive: zombies in a world of citizens.

Key words: World War I, Mozambique, carriers, colonial violence, naked life; Agamben

Portuguese abolition in British perspective

Seymour Drescher

The endings of the slave trade and slavery required a fundamental shift in attitudes and behavior. Sooner or later all slave-sponsoring empires reconceived the institution primarily from a wealth producing to a criminal activity. This paper considers the paradigmatic shift in the two most important European slave empires Great Britain and Portugal. Assessing - the timing and the intensity of the shift requires viewing the British and Portuguese cases from both a comparative and an interactive perspective. The paper attempts to analyze the reasons why the British national

shift occurred earlier, more massively and more intensely than the Portuguese.

Key words: abolitionism; Britain; civil society; honor

O fim do tráfico de escravos e da escravidão envolveu uma mudança fundamental nas atitudes e nos comportamentos. Mais tarde ou mais cedo todos os Impérios escravagistas deixaram de olhar para a instituição como uma actividade geradora de riqueza para a encararem como uma actividade criminosa. Nesta comunicação reflecte-se sobre essa mudança paradigmática em dois dos mais importantes Impérios, a Grã-Bretanha e Portugal. A cronologia e a intensidade da mudança obriga a olhar para os casos britânico e português numa perspectiva simultaneamente comparativa e interactiva. Procura-se analisar os motivos pelos quais a mudança nacional ocorreu primeiro, e de forma mais massiva e mais intensa, em Inglaterra, e só depois em Portugal.

Palavras-chave: abolicionismo; Grã-Bretanha; sociedade civil; honra.

Portugal e a abolição da escravidão: um caminho entre dois modelos

José Pedro Marques

A abolição legal da escravidão nas colónias portuguesas foi um processo lento, cumulativo, que começou na década de 1850 e só se concluiu em 1875, mais de vinte anos depois. Nesse intervalo de tempo, foram aprovadas várias leis, decretos e regulamentos, o que fragmentou o processo em

pequenas parcelas, tornando-o confuso e difuso.

Mas, para além de ter sido lento e difuso, o processo de emancipação dos escravos nas colónias portuguesas foi ambíguo. Sá da Bandeira, o grande mentor da iniciativa, procurou inspirar-se no exemplo inglês. Todavia, sem meios (ou sem vontade) para aplicar esse modelo, Portugal adoptou uma série de estratégias que lhe permitiam abolir formalmente, diferindo a efectivação da medida no tempo. Mantendo em aberto a opção de abolir à maneira inglesa, com indemnização dos proprietários, o país acabou por adoptar o método de emancipação gradual geralmente utilizado pelos estados americanos.

A presente comunicação traça esse caminho de ambivalência.

Palavras-chave: abolicionismo Portugal, *libertos* escravidão Sá da Bandeira.

The abolition of slavery in the Portuguese colonies was a slow and cumulative legislative process which started in the 1850s and took twenty years to complete. Along the way, several acts, decrees, and regulations were approved which broke the process into small parts making it fragmentary, diffuse and confusing. But the emancipation of slaves in the Portuguese colonies was as ambiguous as it was slow and diffuse. Sá da Bandeira, the leading abolitionist in Portugal, tried to follow the British example without the means or the political willpower to apply the British model. The consequence was the adoption of a series of strategies for the formal abolition of slavery accompanied by a constant postponing of its actual fulfilment. While appearing to follow the British abolitionist model (under which slave owners were offered compensation), Portugal eventually adopted the gradual abolition method

used by the American states, which involved no such compensation. This paper traces this ambivalent pathway.

Key words: Abolitionism, *liberated Africans*, Slavery), Sá da Bandeira.

Escravidão e direitos fundamentais no século XIX.

Cristina Nogueira da Silva

O pensamento constitucional oitocentista criou princípios e conceitos que facilmente identificamos com os da actual dogmática constitucional. Contudo, a historiografia tem mostrado os diferentes significados e, sobretudo, as consequências institucionais diversas que resultaram da aplicação desses princípios. Além destas diferenças, o constitucionalismo de oitocentos confrontou-se com problemas cuja solução deu origem a formas e estatutos pessoais ainda mais estranhos ao constitucionalismo contemporâneo. Um desses problemas foi colocado pela preservação das instituições escravagistas nos espaços colonizados pelos países europeus. O objectivo deste texto é o de descrever as diversas soluções encontradas nas constituições da época para contornar os problemas colocados por estatutos como o do escravo ou o do liberto. É também o de compreender como é que estes estatutos foram racionalizados pela cultura constitucional e política de oitocentos.

Palavras-chave: constitucionalismo; direito fundamentais; escravatura; liberalismo; libertos africanos; Código Civil Português (1867)

19th-century constitutional principles and concepts resonate with the concerns

of contemporary constitutional theory. However, recent historiography shows us that contemporary use of such concepts reflects variations in meaning and leads to very different institutional arrangements. The initial legal impact of fundamental rights, for instance, has little to do with their growing strength in contemporary constitutional orders. Moreover, 19th-century constitutionalism faced challenges whose solution generated personal statuses and forms which are outlandish to contemporary constitutional orders. A particularly egregious example is the preservation of slavery in the European colonies.

This paper assesses the ways in which such statuses and forms were addressed by different constitutional documents with the aim of understanding how they were rationalized by 19th-century political and legal culture.

Key words: Constitutionalism; Human Rights; slavery; liberalism; liberated Africans; Portuguese Civil Code (1867)

Apprenticeship and the negotiation of freedom. The liberated Africans of the Anglo-Portuguese mixed commission in Luanda (1844-1870)

Samuël Coghe

This paper examines the history of the Africans liberated from the slave trade by the Mixed Commission in Luanda in the mid-19th century. Upon their freeing, the liberated Africans were apprenticed for several years before being granted complete freedom. The article argues that the conception and the vicissitudes of this civ-

ilizing project were intimately linked to experiences with freed slaves elsewhere in the Atlantic World. Furthermore, it shows that due to the continuous existence of slavery, many actors considered the presence of the semi-free liberated Africans in Luanda undesirable.

Keywords: Slave Trade; Abolition; African freedmen, Angola, Atlantic history; apprenticeship.

Esta comunicação analisa a história dos Africanos libertos pela Comissão Mista de Luanda em meados do século XIX. Uma vez obtida a liberdade, o estatuto dos africanos libertos era o de “aprendizes”, um estatuto de menoridade que duraria alguns anos, antes de conseguirem a plena liberdade. Aquilo que se defende neste artigo é que a concepção e as vicissitudes deste “projecto civilizador” estavam intimamente relacionadas com experiências anteriores, vividas por escravos libertados no Mundo Atlântico. Mostra, além disso, que, em virtude da permanência da escravidão, muitos agentes consideravam indesejável a presença destes libertos africanos “semi-livres” em Luanda.

Palavras-chave: Tráfico de escravos, abolição, libertos africanos, Angola, história do Atlântico; aprendizado.

Escravidão, fronteira e relações diplomáticas. Brasil-Uruguaí: 1840-1860

Keila Grinberg; Rachel da Silveira Caé

Este artigo tem como tema as relações diplomáticas estabelecidas entre o Brasil e o Uru-

gui no século XIX, no quadro da abolição da escravidão nos dois países. O objetivo é discutir as maneiras pelas quais a permanência da escravidão no Brasil até o fim do século foi um fator de tensão nas relações diplomáticas entre os dois países. Neste sentido, pretende-se argumentar que a fronteira entre Brasil e Uruguai no século XIX foi frequentemente utilizada por escravos que pretendiam libertar-se, mas também por senhores brasileiros que escravizavam homens livres, descendentes de africanos.

Palavras-chave: escravidão; liberdade; fronteira; Brasil; Uruguai; relações internacionais

This paper focuses on 19th-century Brazil-Uruguay political relations in the context of the abolition of slavery. My aim is to discuss the ways in which the prolonged practice of slavery in Brazil (until the end of the 19th century) has been a cause of diplomatic tensions between the two countries. I argue that the Brazil-Uruguay border was, at the time, not only used by slaves in search of their freedom but also by Brazilian masters with the purpose of enslaving free Afro-Brazilian or Afro-Uruguayan men.

Keywords: slavery, freedom, borders, Brazil, Uruguay, foreign affairs